

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS- IFAL
CAMPUS MACEIÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS- PORTUGUÊS

VANDERSON GUILHERME LIMA SANTOS

WILDA MARIA CAVALCANTE SOARES

**LINGUAGEM, PODER E EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA
SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA EM ALAGOAS**

MACEIÓ, AL

2025

VANDERSON GUILHERME LIMA SANTOS

WILDA MARIA CAVALCANTE SOARES

**LINGUAGEM, PODER E EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA
SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA EM ALAGOAS**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras – Português, do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, como requisito para a conclusão da graduação.

Orientadora: Prof. Dra. Willianice Soares Maia

MACEIÓ, AL

2025



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

401.4

S2371

Santos, Vanderson Guilherme de Lima.

Linguagem, poder e educação [recurso eletrônico] : discussões da sociolinguística sobre o ensino de língua portuguesa na EJA em Alagoas / Vanderson Guilherme de Lima Santos, Wilda Maria Cavalcante Soares. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 513 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Profa. Dra. Willianice S. Maia.

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo (Licenciatura em Letras – Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2025.

1. Letras. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 3. Linguagem e poder. 4. Sociolinguística. I. Soares, Wilda Maria Cavalcante. II. Título.

VANDERSON GUILHERME LIMA SANTOS

WILDA MARIA CAVALCANTE SOARES


**LINGUAGEM, PODER E EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA
SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA EM ALAGOAS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso
Licenciatura em Letras-Português do Instituto
Federal de Alagoas, campus Maceió, como
Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Willianice Soares Maia


Aprovado em 21 de outubro de 2025.

Orientador(a):


Documento assinado digitalmente
 WILLIANICE SOARES MAIA
Data: 31/10/2025 17:21:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Willianice Soares Maia
Instituto Federal de Alagoas


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ERONILMA BARBOSA DA SILVA
Data: 03/11/2025 13:45:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Eronilma Barbosa da Silva
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 CLAUDIONOR FERREIRA ARAUJO
Data: 31/10/2025 15:31:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudionor Ferreira Araújo
Instituto Federal do Pará

Documento assinado digitalmente
 HUDSON KLEBER PALMEIRA CANUTO
Data: 31/10/2025 16:59:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Hudson Kleber Palmeira
Instituto Federal de Alagoas

MACEIÓ, AL

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus, fonte de vida, sabedoria e perseverança, por nos conceder a graça de cursar o ensino superior e por sustentar nossos passos ao longo de toda esta trajetória acadêmica. Reconhecemos que foi por sua providência que encontramos força nos momentos de dificuldade, serenidade diante dos desafios e coragem para seguir adiante. À Santíssima Virgem Maria, a quem somos consagrados, expressamos igualmente nossa gratidão por sua presença maternal e intercessora, que nos amparou com ternura, renovando nossa esperança e confiança ao longo dessa caminhada.

Aos nossos familiares, manifestamos profundo agradecimento pelo apoio incondicional, pela compreensão diante das ausências e pelo incentivo constante para que não desistíssemos de nossos objetivos. Aos amigos, que estiveram presentes nos momentos de cansaço e celebração, deixamos nosso reconhecimento pelo companheirismo e pelas palavras de encorajamento. De modo especial, agradecemos a parceria estabelecida, pautada no respeito, na amizade e na consideração mútua, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. A troca de ideias, o compromisso compartilhado e o apoio recíproco foram essenciais para que o produto final fosse construído com dedicação e qualidade.

Expressamos nossa sincera gratidão à nossa orientadora, cuja condução atenta, ética e comprometida foi decisiva para a concretização desta pesquisa. Suas orientações, contribuições teóricas e incentivo constante proporcionaram amadurecimento acadêmico e segurança ao longo de todo o processo. Estendemos nosso agradecimento aos professores do curso, que contribuíram significativamente para nossa formação intelectual, crítica e profissional, bem como aos colegas de turma, pelas experiências compartilhadas, debates enriquecedores e apoio mútuo durante a graduação.

Por fim, agradecemos ao Instituto Federal de Alagoas, instituição que nos acolheu e proporcionou as condições necessárias para nossa formação acadêmica e humana. Esta conquista é resultado de um percurso coletivo, marcado por fé, esforço, aprendizado e cooperação, e representa não apenas a conclusão de uma etapa, mas o início de novos desafios e responsabilidades.

“No entardecer desta vida seremos julgados pelo amor” (São João da Cruz).

RESUMO

Neste trabalho, analisam-se os fatores que intensificam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na aquisição da Língua Portuguesa em suas práticas sociais, considerando, também, as dinâmicas de poder que permeiam essas interações. Optou-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que esse tipo de investigação oferece a flexibilidade necessária para explorar a complexidade dos temas abordados, além de possibilitar adaptações às variações que podem ocorrer durante o desenvolvimento da pesquisa. Tal metodologia alinha-se à perspectiva sociolinguística, permitindo uma compreensão mais aprofundada das relações de poder que moldam o uso da linguagem na modalidade de ensino em análise. Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre linguagem e poder no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), à luz dos estudos sociolinguísticos, que reconhecem e valorizam a pluralidade linguística dos falantes. Busca-se evidenciar como essas manifestações impactam a vivência socioeducativa dos educandos. Inicialmente, realiza-se uma reflexão acerca da relação entre linguagem e poder no contexto da EJA, no Brasil e no estado de Alagoas, explorando sua relevância histórica e social a partir do recorte teórico apresentado por Rummert e Ventura (2007), Da Silva (2022), UNESCO (2008), Brasil (1996) e Freire (2022). Em seguida, com base nas discussões de Bourdieu (2005), Foucault (2018), Libâneo (2013), Bortoni-Ricardo (2005), Falabella (2020) e Antunes (2007), apresenta-se uma abordagem que valoriza a pluralidade linguística dos estudantes da EJA, reconhecendo suas histórias e contextos sociais diversos como elementos centrais para a construção de uma formação crítica e emancipatória.

Palavras-chave: Alagoas; EJA; linguagem; poder; sociolinguística.

ABSTRACT

This study analyses the factors that intensify the difficulties faced by students in Youth and Adult Education (EJA) in acquiring the Portuguese language within their social practices, also considering the power dynamics that permeate these interactions. A qualitative approach was adopted, as this type of investigation offers the flexibility required to explore the complexity of the themes addressed and allows for adaptations to variations that may occur throughout the research process. Such a methodology aligns with a sociolinguistic perspective, enabling a deeper understanding of the power relations that shape language use within the educational context under analysis. This article aims to discuss the relationship between language and power in the context of Youth and Adult Education (EJA), in light of sociolinguistic studies that recognise and value the linguistic plurality of speakers. It seeks to demonstrate how these manifestations impact the socio-educational experiences of learners. Initially, a reflection is presented on the relationship between language and power in the context of EJA in Brazil and in the state of Alagoas, exploring its historical and social relevance based on the theoretical framework proposed by Rummert and Ventura (2007), Da Silva (2022), UNESCO (2008), Brazil (1996), and Freire (2022). Subsequently, drawing on the discussions of Bourdieu (2005), Foucault (2018), Libâneo (2013), Bortoni-Ricardo (2005), Falabella (2020), and Antunes (2007), an approach is presented that values the linguistic plurality of EJA students, recognising their diverse histories and social contexts as central elements in the construction of a critical and emancipatory education.

Keywords: Alagoas; Youth and Adult Education (EJA); language; power; sociolinguistics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
UM RECORTE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	12
A EJA EM ALAGOAS: AVANÇOS E DESAFIOS	14
LINGUAGEM, PODER E O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA	17
A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: A LÍNGUA ENQUANTO INTERAÇÃO	19
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: UMA PRÁTICA EMANCIPADORA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA	21
Objetivo da Intervenção	21
Fundamentação Teórica da Proposta	22
Desenvolvimento da Intervenção	23
Primeira etapa: valorização das trajetórias linguísticas	24
Segunda etapa: variação linguística e adequação	24
Terceira etapa: leitura crítica de textos do cotidiano	25
Quarta etapa: produção textual com finalidade social	25
Avaliação	26
Síntese da intervenção e articulação com a pesquisa	27
CONSIDERAÇÕES	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Discutir as relações de poder e como isso se dá na linguagem, é um debate que deve ser levado em consideração devido a grande influência que desempenha nas diferentes áreas sociais em que a comunidade dos falantes está inserida, pois a maneira que cada um se comunica é um fator importantíssimo para as vivências socioculturais. Nesse contexto, tal debate precisa ter lugar em nossas salas de aula desde a educação básica, pois, todos os dias, enquanto professores, lidamos com variados tipos de dialetos, vindos de diferentes partes e de localidades específicas. Se dedicássemos um tempo para observar a maneira com que nossos estudantes tornam sua comunicação prática e objetiva, constataríamos que esse processo envolve a mobilização de estratégias cognitivas e linguísticas que lhes permitem organizar o discurso, selecionar recursos adequados ao contexto e ao interlocutor, e, conseqüentemente, alcançar êxito tanto na transmissão quanto na recepção das informações.

A língua, na contemporaneidade, não deve ser compreendida exclusivamente como um conjunto de normas prescritivas, mas como um fenômeno funcional, social e historicamente situado, construído nas práticas de interação dos sujeitos em diferentes contextos de uso. Isso não implica desconsiderar a importância do ensino da norma-padrão, mas reconhecer e valorizar as formas de expressão dos falantes, evitando julgamentos ou estigmatização acerca de suas variedades linguísticas. Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa não deve promover a legitimação do “falar errado”, e sim acolher as formas próprias de comunicação dos sujeitos, ampliando suas possibilidades de uso da língua em diferentes situações sociais, pois, como argumenta Bortoni-Ricardo,

"erros" de português são, na verdade, variações naturais da língua, influenciadas por fatores como região (variação diatópica), idade, grupo social (variação diastrática), ou situação de uso (variação diafásica). Essas diferenças não são falhas, mas sim formas distintas de usar o mesmo idioma, cada uma com sua própria lógica e adequação (2005, p. 37).

Nesse viés, pensemos em como essa discussão se dá na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que lida com estudantes que por motivos diversos tiveram que interromper seus estudos regulares e cursam agora de uma maneira mais abreviada os anos finais do ensino fundamental ou o ensino médio, geralmente no turno noturno, onde o cansaço após uma jornada de trabalho ou de um dia cansativo cuidando da casa é o primeiro desafio a ser enfrentado para que o objetivo da conclusão seja atingido. A EJA é o lugar propício para o encontro das diferentes realidades e variações sociais, pois a escola é um domínio social que

Bortoni-Ricardo (2005, p. 23) apresenta como “um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais.” O público da Educação de Jovens e Adultos chega com uma bagagem grande de experiências e de comportamentos já formados pela sua vivência diária, saberes práticos que serão muito úteis na sua formação, de maneira que a construção desses papéis sociais se dá na interação humana, no dia a dia, na prática social e na maneira própria de cada um se comunicar.

Associadas às experiências socioculturais dos falantes, manifestam-se diferentes variedades linguísticas que, muitas vezes, são desconsideradas no contexto escolar e não são abordadas de forma adequada. Em determinadas situações, essas formas de expressão tornam-se motivo de constrangimento e humilhação por parte de educadores pouco sensibilizados para a diversidade linguística, que tendem a tratar a língua como um padrão único e legítimo a ser seguido em todos os contextos de uso. Tal postura reforça a hierarquização das variedades linguísticas e contribui para a desvalorização dos modos de falar dos estudantes, produzindo efeitos simbólicos de exclusão, conforme discutido por Bourdieu (2005), ao tratar da legitimação de determinados usos da língua como capital simbólico.

Torna-se, portanto, fundamental considerar a diferença entre os lugares de fala do estudante e do professor, uma vez que o aluno, não raramente, é concebido como um sujeito “vazio”, pronto para ser preenchido de conhecimentos, enquanto o professor é tomado como detentor exclusivo do saber, em razão de sua formação acadêmica e habilitação profissional. Essa concepção aproxima-se do que Freire (2022) denomina educação bancária, na qual o conhecimento é depositado no educando. Nesse cenário, evidenciam-se as relações de poder e as posições sociais no interior da escola, que incidem diretamente sobre o processo educativo. Faz-se necessário, assim, que o ensino se configure de modo dialógico e horizontal, reconhecendo que todos os sujeitos possuem saberes distintos e passíveis de compartilhamento, de modo que se sintam acolhidos a partir daquilo que já sabem e ampliem seu repertório linguístico e sociocultural à medida que entram em contato com novos conhecimentos.

Este trabalho terá como foco um recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando sua importância e implicações na sociedade brasileira. Serão evidenciadas as principais transformações que a EJA trouxe para a educação básica. Em seguida, abordaremos dados e discussões sobre a EJA no estado de Alagoas, ressaltando sua significativa contribuição para a educação básica local e a situação atual desse segmento.

Além disso, discutiremos a relação entre sociolinguística e o ensino da língua portuguesa na EJA, enfatizando a relevância do ensino da língua materna e a valorização das diferentes formas de falar. Também analisaremos a relação de poder entre linguagem e aprendizado, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos, e como essa dinâmica impacta significativamente o processo educativo dos estudantes.

Por fim, apresentaremos possíveis soluções para os desafios discutidos ao longo do artigo, visando promover uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e as relações entre professores e alunos, bem como sobre abordagens linguísticas que incentivem a efetividade de uma educação crítica e inclusiva.

UM RECORTE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi oficialmente instituída como modalidade de ensino no Brasil em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96. Nesse sentido, a regulamentação representou um avanço significativo na garantia do direito à educação para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos na idade regular (Brasil, 1996). Desse modo, a norma consolidou a EJA como parte integrante da educação básica, abrangendo os níveis Fundamental e Médio, reafirmando seu papel como instrumento de inclusão social.

Embora a LDB tenha incorporado mudanças significativas, como a substituição do termo “ensino supletivo” por “Educação de Jovens e Adultos”, a modalidade carrega heranças de um passado marcado por exclusões. No Brasil Império, a escolarização era privilégio de uma elite restrita, enquanto a maior parte da população, especialmente negros e indígenas, permanecia anulada desse direito. O censo de 1872 revelou que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos de idade eram analfabetas, reflexo de um sistema educacional que desconsiderava a maioria da sociedade (Unesco, 2008).

Com a proclamação da República, a alfabetização foi promovida como meio de regeneração moral e intelectual do país, mas as ações efetivas continuaram limitadas. Apenas no século XX, campanhas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e programas inspirados na pedagogia de Paulo Freire ganharam relevância. A proposta freireana, baseada na conscientização e no protagonismo dos educandos, trouxe uma perspectiva crítica à educação de adultos, entendendo a alfabetização como um ato político e libertador (Freire, 2022).

A partir da década de 1990, programas como o "Brasil Alfabetizado" e o "Fazendo Escola" foram implementados com o intuito de ampliar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas muitas dessas iniciativas mantiveram uma lógica compensatória e fragmentada, sem promover uma formação integral e emancipadora (Rummert; Ventura, 2007). Embora esses programas buscassem combater a exclusão educacional, ainda lidavam com os reflexos de uma educação que frequentemente não se adapta às realidades e necessidades dos estudantes. Muitos alunos da EJA, devido às condições de vida e ao tempo de afastamento da escola, enfrentam desafios adicionais no processo de aprendizagem, o que

exige uma abordagem pedagógica que considere essas especificidades e favoreçam a reintegração desses alunos ao ambiente educacional.

Por fim, a EJA representa uma oportunidade de transformação pessoal e profissional, já que o retorno aos estudos, em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades educacionais, não só possibilita a construção de novos conhecimentos e habilidades, mas também pode aumentar a autoconfiança dos(as) estudantes. De acordo com Oliveira (2013), a educação tem o potencial de promover mudanças significativas na vida dos indivíduos, proporcionando-lhes novas oportunidades e uma perspectiva de futuro mais esperançosa. Assim, a EJA se reafirma como uma modalidade de ensino essencial ao promover a formação crítica dos estudantes, fundamental para sua inserção social e para o exercício da cidadania, permitindo uma participação mais efetiva nas dinâmicas sociais.

A EJA EM ALAGOAS: AVANÇOS E DESAFIOS

De acordo com Armijo e Padilha (2023), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as ações educacionais relacionadas à EJA em Alagoas não apresentaram imediatamente mudanças expressivas. Isso só veio acontecer na década de 1990, quando apareceram encaminhamentos diferenciados. Assim, se destaca a trajetória das ações educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos em Alagoas, revelando que, embora a promulgação da Constituição Federal de 1988 tenha criado um novo marco legal para a educação no Brasil, as transformações significativas nesse contexto não ocorreram de forma imediata. Somente na década de 1990 é que se observaram avanços notáveis, caracterizados por iniciativas diferenciadas que buscavam atender às necessidades específicas dessa população. Essa análise é crucial para compreender os desafios e as mudanças que permeiam a EJA, refletindo um processo de adaptação e evolução dentro do sistema educacional alagoano, que, embora lento, começou a se moldar para proporcionar melhores oportunidades de aprendizado e inclusão social para jovens e adultos.

Considerando que a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer região, em Alagoas, a análise dos dados educacionais revela não apenas os avanços conquistados ao longo dos anos, mas também os desafios persistentes que ainda precisam ser enfrentados no que diz respeito às relações de poder, visto que o estado

tem uma história marcada pela força secular dos coronéis na política e na economia local e que impregna a sua vida ainda nos dias de hoje, além da influência histórica e marcante do setor sucroalcooleiro e das oligarquias a ele vinculadas, que interferem e definem os rumos políticos do estado. E é nesse cenário que apresenta um quadro de escolarização dos mais problemáticos, reflexo de um fracasso crescente no campo das políticas educacionais e que se articula aos indicadores sociais e econômicos que o estado apresenta (Da Silva, 2022, p. 6).

Dessa forma evidencia-se a necessidade de políticas públicas que não apenas busquem melhorar a infraestrutura e os recursos disponíveis nas escolas, mas que também promovam uma abordagem mais crítica e emancipatória da educação. O legado das oligarquias e das práticas clientelistas ainda se faz sentir nas salas de aula, onde muitos estudantes não têm acesso a uma educação de qualidade que os prepare para os desafios vigentes ou para a cidadania plena. As desigualdades socioeconômicas, exacerbadas pela falta de investimento em educação e pela carência de políticas públicas efetivas, geram um ciclo vicioso que perpetua a exclusão social de tal maneira que é fundamental a tomada de iniciativas

educacionais em Alagoas, direcionadas não apenas à melhoria dos índices de escolarização, mas também à transformação das relações de poder que moldam a sociedade alagoana, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de atuar na construção de um futuro mais justo e igualitário.

Nesse hiato, podemos observar uma crescente desvalorização da educação básica em Alagoas, o que resulta na desmotivação de profissionais da área e no desinteresse dos estudantes. Atualmente, muitos alunos recebem uma bolsa mensal que condiciona sua concessão à frequência escolar e essa abordagem acaba por desvalorizar o aprendizado, refletindo-se, também, na Educação de Jovens e Adultos de forma que a maioria dos estudantes só se matriculam em função do dinheiro que irão receber. Isso nos leva a refletir o contexto socioeconômico dos cidadãos alagoanos e a maneira que a desigualdade afeta também a educação.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos em Alagoas é marcada pela pouca atratividade e pela evasão escolar em decorrência de muitos alunos preferirem se ocupar trabalhando que estudando. Consoante a isso, muitas metodologias utilizadas por professores não tornam o estudo mais atrativo, de forma que os estudantes não se sentem envolvidos e isso culmina na desmotivação e na desistência. A educação, atualmente, exige uma atualização por parte dos professores, e

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) dispõe de algumas especificidades que necessitam ser entendidas no contexto geral. A formação dos estudantes dessa modalidade de ensino deve ser compreendida como uma escolarização diferente da que ocorre nas turmas regulares (Armijo e Padilha, 2023).

Nesse sentido, deve-se levar em conta a história de vida e a experiência que cada estudante traz consigo. Durante uma disciplina de estágio na EJA, pudemos constatar que as atividades elaboradas para os estudantes dessa modalidade são, na maioria das vezes, um conteúdo infantilizado, utilizado apenas para preencher o tempo da aula e que não suscita nos discentes uma discussão consistente sobre algum assunto que realmente faça sentido para eles (o que seria mais indicado) e não apenas atividades de juntar sílabas, fazer caligrafias e realizar leituras simples, baseadas apenas na compreensão sem problematizar o que se está lendo. E isso é reflexo de

uma grande diversidade de deficiências que interferem no avanço da EJA, entre elas destaca-se a insuficiência de investimentos na formação do professor que atua nessa modalidade de ensino, no sentido de que ele possa promover estratégias didáticas, com uma ideologia diferenciada, direcionadas a esse público que

apresenta individualidades exclusivas de sua condição social, econômica e cultural (Armijo e Padilha, 2023).

Dessa forma, é necessário investir na formação dos professores que atuam nessa modalidade de ensino, pois é de fundamental importância que a EJA seja um lugar de encontro e interação mudando a primeira ideia da sua inclusão no PEE de Alagoas que tinha apenas como objetivo “fazer com que os jovens e adultos que estavam fora da sala de aula em Alagoas aprendessem a ler e escrever. Este objetivo partiu da dificuldade de aprendizagem dos alunos oriundos do Ensino Fundamental” (Estado de Alagoas, 2006).

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos em Alagoas deve ser reconfigurada para além do simples aprendizado da leitura e escrita, visando uma formação integral que considere as condições sociais e culturais dos estudantes. É imprescindível que as políticas públicas voltadas para a EJA promovam a construção de um currículo que dialogue com a realidade dos alunos, abordando temas relevantes e que estimulem a reflexão crítica sobre a sociedade em que estão inseridos. Isso envolve a utilização de metodologias ativas de ensino que valorizem a experiência e o conhecimento prévio dos discentes, permitindo que eles se tornem protagonistas de seu processo educativo.

Além disso, a criação de espaços de formação continuada para os educadores é essencial. Esses espaços devem proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem aos professores adaptar suas práticas pedagógicas, utilizando abordagens que respeitem e valorizem a diversidade presente nas turmas da EJA. Somente assim será possível construir um ambiente escolar que propicie um aprendizado significativo e que fomente a inclusão social.

Por fim, é fundamental que se estabeleça um compromisso político e social com a EJA, garantindo que os investimentos não sejam apenas pontuais, mas sim sustentados a longo prazo. A articulação entre diferentes esferas de governo e a sociedade civil é crucial para que se possa enfrentar os desafios históricos que ainda permeiam a educação em Alagoas. Ao priorizar a EJA como uma modalidade de ensino essencial para o desenvolvimento da cidadania e da justiça social, Alagoas poderá não apenas melhorar os índices educacionais, mas também promover uma transformação social que beneficie toda a população.

LINGUAGEM, PODER E O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA

Segundo Libâneo (2013), a educação deve ser vista como um processo de formação integral, no qual o aluno se torna protagonista de sua história, e a alfabetização não se limita apenas à aprendizagem da escrita, mas à capacidade de ler e entender o mundo de maneira crítica, transformando sua realidade. Nessa perspectiva, a língua enquanto ferramenta de comunicação e expressão, desempenha um papel crucial na construção e no exercício do poder nas salas de aula da EJA. Entretanto, abordar sobre as relações entre poder e educação é um processo complexo, pois envolve e reflete as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeiam essa vinculação.

Como observa Bourdieu, “a competência linguística é inseparável de uma certa competência para o uso legítimo da língua, que é função da posição que o falante ocupa na estrutura social” (2005, p. 24). Nesse sentido, a língua é um processo cultural, pois, ao participar do ato de comunicação, os falantes constroem marcas identitárias as quais refletem suas experiências sociais. Dessa maneira, a Educação de Jovens e Adultos, por sua própria natureza, atende estudantes que não concluíram sua educação básica na idade considerada regular, e a língua utilizada no processo educacional deve ser, assim, uma ponte para a reintegração social e econômica dos indivíduos.

Por outro viés, a língua também pode estabelecer barreiras que perpetuam desigualdades, excluindo aqueles que não “dominam” o idioma predominante no contexto educacional e, na EJA, isso pode se manifestar de várias formas, como a dificuldade dos estudantes que não têm a língua portuguesa por língua materna ou aqueles que, por razões socioeconômicas, tiveram acesso limitado à educação formal e, conseqüentemente, à prática e ao aprimoramento da língua. Nesse sentido, Foucault (2018) argumenta que o poder e o saber se implicam mutuamente; não há exercício de poder que não crie um campo de saber, assim como não existe saber que não esteja relacionado às relações de poder. Essa exclusão linguística, por assim dizer, reforça as relações de poder desiguais, onde aqueles que têm domínio sobre a língua detêm mais poder e influência.

Logo, a relação entre linguagem, poder e o papel transformador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) destaca a importância de um ensino inclusivo e crítico da língua portuguesa. Os estudantes da EJA são sujeitos com histórias, identidades e contextos diversos, frequentemente marcados por trajetórias desafiadoras, como observa Arroyo (2005)

e, reconhecer essa pluralidade exige dos educadores práticas pedagógicas acolhedoras, capazes de conectar os alunos ao saber de forma significativa. Portanto, é essencial reconhecer e enfrentar essas barreiras linguísticas para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

A SOCIOLINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: A LÍNGUA ENQUANTO INTERAÇÃO

A sociolinguística, em sua abordagem interacionista, entende a língua como um fenômeno essencialmente social, que é construído e transformado a partir da interação entre os indivíduos. Branca Falabella (2020), na obra *Sociolinguística Interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*, destaca que a língua é, por natureza, interação, sendo marcada por processos dinâmicos de negociação de significados entre os falantes, os quais são influenciados pelo contexto social e pelas vivências de cada sujeito, ou seja, os atos de fala estão profundamente inseridos nos contextos sociais, culturais e históricos, demonstrando que o uso da língua é sempre situado e carregado de significados específicos. No contexto da Educação de Jovens e Adultos, essa visão torna-se ainda mais pertinente, pois os estudantes trazem consigo diferentes repertórios linguísticos, que refletem suas trajetórias individuais e coletivas. Por conseguinte, em regiões como Alagoas, onde os índices de analfabetismo ainda são preocupantes, é fundamental adotar uma abordagem educacional que valorize a interação e a diversidade linguística para enfrentar os desafios históricos e sociais que permeiam o processo educativo.

A autora ainda argumenta que é na interação linguística que as identidades sociais são construídas e negociadas. Na modalidade EJA, entender esse ponto é essencial para que os educadores possam fomentar espaços de aprendizado que respeitem e valorizem as subjetividades dos discentes. Esses estudantes, muitas vezes marginalizados por suas experiências de exclusão escolar, encontram na interação linguística uma maneira de reorganizar suas relações com o conhecimento e com a linguagem, favorecendo a construção de uma cidadania crítica e ativa.

Marcos Bagno (2007) contribui para a compreensão da língua como um fenômeno plural e dinâmico, desafiando visões prescritivistas que limitam a diversidade linguística, já que argumenta que não existe uma única forma "correta" de falar, mas sim uma multiplicidade de variedades linguísticas, todas legítimas dentro de seus contextos sociais e culturais. No entanto, as relações de poder permeiam essas variedades, pois, muitas vezes, as formas de falar associadas a grupos sociais marginalizados são vistas como inferiores, refletindo um julgamento que se baseia em critérios de prestígio social. No contexto da EJA, essa questão torna-se ainda mais relevante, pois os alunos, com seus repertórios linguísticos diversos, enfrentam barreiras sociais e educacionais devido ao estigma que recai sobre suas formas de

expressão. Dessa forma, a língua, enquanto prática social, configura-se como um campo de disputa pelo reconhecimento e pela inclusão, e a educação deve buscar valorizar todas as formas de fala, contribuindo para um processo mais justo e inclusivo.

A gramática interativa proposta por Irlandé Antunes (2007) complementa essas ideias ao sugerir um ensino da língua que, ao invés de se basear exclusivamente em normas rígidas, considera a funcionalidade da comunicação no contexto social, privilegiando o uso real e significativo da língua. Para os estudantes da EJA, frequentemente estigmatizados por questões linguísticas e sociais, essa abordagem pode ser transformadora, pois reconhece e valoriza suas experiências de vida e saberes, tornando a língua não apenas um instrumento de expressão, mas também um campo de disputas sociais e culturais. Ao dar espaço para diferentes formas de falar e entender o mundo, a educação linguística se torna um meio de resistência e empoderamento, permitindo que as múltiplas realidades dos alunos sejam respeitadas, em vez de impor uma única forma de falar como "correta". Dessa forma, a língua se configura como uma ferramenta poderosa na luta contra as desigualdades, promovendo a inclusão e a construção de uma educação equitativa.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: UMA PRÁTICA EMANCIPADORA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA

À luz das discussões desenvolvidas neste trabalho acerca das relações entre linguagem, poder e educação, propõe-se uma intervenção pedagógica voltada ao ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos, fundamentada em uma perspectiva sociolinguística, dialógica e emancipadora. Parte-se do entendimento de que os estudantes da EJA são sujeitos históricos, portadores de saberes constituídos em suas experiências sociais, profissionais e culturais, o que exige da escola uma prática que supere a lógica transmissiva e verticalizada do ensino.

Conforme Freire (2022, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nesse sentido, a intervenção aqui proposta visa romper com práticas centradas exclusivamente na normatização gramatical e na repetição mecânica de conteúdos, promovendo um ensino que reconheça a língua como prática social e instrumento de participação cidadã.

Objetivo da Intervenção

A presente intervenção pedagógica tem como objetivo central promover o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando suas trajetórias de vida, experiências sociais e repertórios linguísticos já constituídos. Parte-se do princípio de que esses sujeitos não chegam à escola desprovidos de saberes, mas, ao contrário, são portadores de práticas discursivas legitimadas em seus contextos familiares, profissionais e comunitários. Assim, a proposta visa reconhecer e valorizar essas experiências como ponto de partida para a ampliação de suas habilidades comunicativas, fortalecendo sua autonomia e sua inserção crítica nos diferentes espaços sociais.

Nesse sentido, a intervenção busca articular o ensino da norma-padrão da Língua Portuguesa à reflexão sistemática sobre a variação linguística, a adequação comunicativa e as relações de poder que atravessam o uso da linguagem. Compreende-se que o domínio da norma-padrão é um direito dos estudantes e um instrumento de mobilidade social; entretanto, esse ensino não deve ocorrer em detrimento da desvalorização das variedades linguísticas que constituem a identidade dos educandos. Ao contrário, propõe-se uma abordagem que

evidencie que todas as variedades são estruturadas e legítimas em seus contextos de uso, problematizando preconceitos linguísticos historicamente enraizados.

Além disso, pretende-se desenvolver nos estudantes a capacidade de reconhecer diferentes gêneros textuais e situações comunicativas, analisando criticamente as escolhas linguísticas mais adequadas a cada contexto. A competência linguística, nessa perspectiva, ultrapassa o domínio de regras gramaticais e envolve a habilidade de utilizar a língua de forma consciente, estratégica e ética, compreendendo seus efeitos de sentido e implicações sociais.

Por fim, a intervenção objetiva contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a linguagem como prática social e instrumento de participação cidadã. Ao promover a reflexão sobre variação, adequação e poder, a proposta fortalece não apenas o aprendizado da língua, mas também o reconhecimento da identidade linguística dos estudantes da EJA, consolidando a escola como espaço de acolhimento, valorização e emancipação.

Fundamentação Teórica da Proposta

A intervenção fundamenta-se na compreensão de que a língua é um fenômeno social e interacional, construído nas práticas cotidianas de uso, conforme destaca Falabella (2020), e atravessado por disputas simbólicas que definem quais formas de dizer são socialmente legitimadas (BOURDIEU, 2005). Ao reconhecer que “a competência linguística é inseparável da competência social para o uso legítimo da língua” (BOURDIEU, 2005, p. 24), compreende-se que o ensino da norma-padrão deve ser concebido como ampliação de repertório comunicativo, e não como instrumento de correção punitiva ou de exclusão dos sujeitos que utilizam outras variedades linguísticas em seus contextos de vida.

Nessa perspectiva, o ensino da língua precisa estar articulado a práticas significativas de leitura e produção de textos, pois, como afirma Antunes (2007, p. 45), a gramática só adquire sentido quando vinculada ao uso efetivo da linguagem em situações reais de comunicação. Complementarmente, Bagno (2007, p. 35) problematiza a noção de “erro” linguístico, ao evidenciar que as diferentes formas de falar correspondem a variedades social e historicamente situadas. Assim, a proposta teórica sustenta uma abordagem que integra o ensino formal da língua à valorização das identidades linguísticas dos educandos da EJA, favorecendo uma prática pedagógica crítica, inclusiva e socialmente comprometida.

Desenvolvimento da Intervenção

A intervenção pedagógica será desenvolvida ao longo de um bimestre letivo, organizada em quatro etapas articuladas entre si, de modo a garantir progressão didática, coerência teórico-metodológica e sentido formativo para os estudantes da EJA. Na primeira etapa, será realizada uma sondagem diagnóstica das práticas de leitura, escrita e oralidade dos educandos, por meio de atividades como rodas de conversa, relatos de experiências pessoais, leitura de textos de circulação social (bilhetes, avisos, notícias curtas, mensagens de aplicativos) e pequenas produções escritas. Essa fase inicial tem caráter formativo e acolhedor, buscando identificar os repertórios linguísticos dos estudantes, suas dificuldades, potencialidades e expectativas em relação ao uso da língua nos diferentes contextos sociais (trabalho, família, serviços públicos, mídia digital). Ao valorizar os saberes prévios e as experiências de linguagem dos educandos, cria-se um ambiente de confiança que favorece a participação, reduz a insegurança em relação à escrita e contribui para o enfrentamento do preconceito linguístico internalizado por muitos sujeitos da EJA.

Na segunda e terceira etapas, serão desenvolvidas sequências de atividades que articulem a reflexão sobre variação linguística, adequação e relações de poder ao ensino da norma-padrão em contextos reais de uso. Para isso, serão trabalhados diferentes gêneros textuais relevantes para a vida dos estudantes, como formulários, cartas de solicitação, currículos, relatos de experiência, textos opinativos e pequenos textos narrativos, sempre partindo de situações concretas de comunicação. As atividades envolverão análise comparativa entre diferentes modos de dizer a mesma ideia, discussão coletiva sobre adequação linguística em contextos formais e informais, reescrita orientada de textos e produção colaborativa, permitindo que os educandos percebam que não há uma única forma legítima de falar, mas escolhas linguísticas mais adequadas a determinadas situações comunicativas. Nesse processo, o ensino de aspectos gramaticais será integrado às práticas de leitura e escrita, com foco no uso funcional da língua, evitando abordagens descontextualizadas e prescritivas.

Por fim, na quarta etapa, os estudantes serão convidados a desenvolver uma produção final que sintetize os conhecimentos construídos ao longo da intervenção, como a elaboração de um texto de cunho social (carta aberta, relato de vivência, manifesto ou texto opinativo) relacionado a temas de seu cotidiano e de seus direitos enquanto cidadãos. Essa produção será precedida por momentos de planejamento, escrita, revisão coletiva e reescrita, favorecendo a

percepção da escrita como processo e não como produto acabado. O fechamento da intervenção incluirá uma avaliação formativa, com espaço para a autoavaliação dos estudantes e para a reflexão sobre os avanços em relação à confiança no uso da língua, à ampliação do repertório linguístico e à compreensão crítica das relações entre linguagem, poder e identidade. Dessa forma, a intervenção assume caráter formativo e emancipatório, fortalecendo o protagonismo dos educandos da EJA e sua participação mais consciente nos diferentes espaços sociais.

Primeira etapa: valorização das trajetórias linguísticas

Inicialmente, será desenvolvida a atividade “Minha história com a língua”, na qual os estudantes compartilharão experiências pessoais relacionadas ao uso da linguagem em diferentes contextos (trabalho, família, igreja, comunidade). O objetivo é reconhecer os saberes prévios e fortalecer a autoestima linguística dos educandos. Após os relatos orais, os estudantes produzirão um texto autobiográfico. Em um segundo momento, o professor mediará uma reescrita orientada, discutindo coletivamente aspectos de adequação linguística, sem deslegitimar a forma inicial de expressão. Essa prática concretiza o princípio freireano de respeito aos saberes dos educandos (FREIRE, 2022, p. 33) e promove uma aprendizagem significativa.

Segunda etapa: variação linguística e adequação

Na segunda etapa, será proposta a atividade “Um mesmo dizer em diferentes contextos”. A partir de situações reais do cotidiano dos estudantes — como solicitar um emprego, escrever uma mensagem formal ou dialogar com um amigo — serão produzidas versões distintas de um mesmo conteúdo, considerando interlocutor, suporte e finalidade comunicativa. O professor conduzirá uma análise coletiva das escolhas linguísticas realizadas, discutindo por que determinadas formas são socialmente mais prestigiadas. Essa reflexão possibilita compreender, na prática, como as relações de poder atravessam o uso da língua, conforme problematiza Bourdieu (2005). Dessa forma, a norma-padrão deixa de ser imposta como superior e passa a ser compreendida como uma variedade necessária em determinados contextos sociais.

Terceira etapa: leitura crítica de textos do cotidiano

Inspirada na concepção de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2022, p. 29), esta etapa propõe o trabalho sistemático com textos reais que circulam no cotidiano dos estudantes da EJA, como notícias locais, anúncios publicitários, contratos de trabalho, postagens em redes sociais, comunicados oficiais e avisos institucionais. A escolha desses gêneros busca aproximar as práticas de leitura da realidade vivida pelos educandos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e funcional. Ao lidar com textos que impactam diretamente sua vida social, profissional e cidadã, os estudantes são incentivados a perceber que a leitura não se limita à decodificação de palavras, mas envolve a compreensão dos sentidos, das intenções e dos efeitos que esses textos produzem na sociedade.

A leitura será mediada por questões orientadoras que estimulem a análise crítica do discurso, tais como: quem produz o texto, a partir de qual lugar social e com quais interesses; para quem o texto é dirigido; quais ideias são valorizadas ou naturalizadas; e quais vozes são silenciadas e invisibilizadas. Essas problematizações favorecem a compreensão da linguagem como espaço de disputa simbólica (BOURDIEU, 2005), no qual determinados modos de dizer ganham legitimidade em detrimento de outros. Além disso, as atividades podem incluir a comparação entre versões diferentes de um mesmo tema (por exemplo, uma notícia jornalística e um relato em rede social), permitindo que os educandos percebam como escolhas linguísticas e discursivas influenciam a construção dos sentidos. Dessa forma, a etapa contribui para o desenvolvimento da leitura crítica, fortalece a autonomia dos estudantes frente aos discursos que circulam socialmente e amplia sua capacidade de participação consciente e cidadã nos diversos espaços de interação social.

Quarta etapa: produção textual com finalidade social

Como culminância da intervenção pedagógica, os estudantes serão convidados a desenvolver um projeto temático a partir de um tema gerador escolhido coletivamente, de acordo com demandas e interesses presentes em seu cotidiano, como direitos trabalhistas, transporte público, saúde comunitária, moradia ou educação. A escolha do tema em conjunto reforça o caráter dialógico da proposta e favorece o engajamento dos educandos, uma vez que o trabalho parte de problemáticas reais que atravessam suas experiências sociais. Essa etapa pressupõe momentos de levantamento de conhecimentos prévios, pesquisa orientada, leitura

de textos relacionados ao tema e debates coletivos, de modo a ampliar o repertório informacional e discursivo dos estudantes antes da produção escrita.

A partir desse percurso, os educandos produzirão gêneros textuais com finalidade social concreta, como carta aberta, abaixo-assinado, relato de experiência, notícia ou manifesto, considerando interlocutores reais ou verossímeis e objetivos comunicativos definidos. O processo de produção envolve planejamento, escrita, revisão coletiva e reescrita, valorizando a escrita como processo e não apenas como produto final. Nesse movimento, o ensino da norma-padrão será trabalhado de forma contextualizada, como recurso para ampliar a eficácia comunicativa dos textos em determinados contextos formais, sem deslegitimar as variedades linguísticas dos estudantes. Dessa forma, a produção textual deixa de ser um exercício escolar mecânico e passa a constituir uma prática social significativa, por meio da qual os educandos exercitam o protagonismo, reconhecendo a língua como instrumento de participação social, reivindicação de direitos e intervenção na realidade.

Avaliação

A avaliação ocorrerá de forma processual e formativa ao longo de todas as etapas da intervenção, considerando não apenas os produtos finais, mas principalmente o percurso de aprendizagem dos estudantes. Serão observados aspectos como a participação nas discussões coletivas, o envolvimento nas atividades de leitura e escrita, a progressiva ampliação do repertório linguístico e a capacidade de refletir sobre adequação linguística em diferentes contextos de uso. A avaliação também contemplará momentos de autoavaliação e de devolutiva do professor, favorecendo a consciência dos educandos sobre seus avanços e desafios no uso da língua.

Nesse processo, não se priorizará exclusivamente a correção normativa, mas a ampliação da competência comunicativa e a construção de uma postura crítica diante da linguagem. Erros e desvios serão compreendidos como parte do processo de aprendizagem e tratados de forma orientadora, sem práticas punitivas ou constrangedoras. A avaliação, assim, assume caráter formativo e emancipatório, contribuindo para o fortalecimento da confiança dos estudantes em suas capacidades linguísticas e expressivas.

Síntese da intervenção e articulação com a pesquisa

A proposta de intervenção apresentada materializa, no âmbito da prática pedagógica, os pressupostos teóricos discutidos ao longo deste trabalho, ao articular contribuições da sociolinguística, da educação dialógica e da reflexão crítica sobre as relações de poder que atravessam o uso da linguagem. Ao reconhecer os repertórios linguísticos dos estudantes da EJA como ponto de partida para o ensino da Língua Portuguesa, a intervenção rompe com práticas pedagógicas excludentes e com a concepção de língua como mero conjunto de normas a serem reproduzidas.

Dessa forma, a intervenção reafirma que valorizar a pluralidade linguística não significa negar a importância da norma-padrão, mas compreendê-la como mais uma variedade a ser apropriada pelos educandos, ampliando suas possibilidades de inserção social e participação crítica nos diferentes espaços de circulação da linguagem. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos de saber, a escola reafirma seu papel formativo e contribui para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e socialmente transformadora.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, buscou-se refletir sobre as relações entre linguagem e poder no contexto da Educação de Jovens e Adultos, com base em uma abordagem histórica, sociolinguística e pedagógica. Ressalta-se como a pluralidade linguística dos discentes dessa modalidade deve ser compreendida e valorizada, considerando-a não apenas como uma característica inerente aos sujeitos atendidos, mas como uma potente ferramenta para a formação crítica e emancipatória.

A análise histórica demonstrou que essa modalidade de ensino, desde sua regulamentação em 1996, tem enfrentado desafios significativos em sua consolidação como política educacional inclusiva e transformadora. No estado de Alagoas, a realidade desse segmento educacional revela dados preocupantes, como elevadas taxas de evasão escolar e dificuldades no engajamento dos estudantes. Tais desafios estão diretamente relacionados às desigualdades socioeconômicas e históricas que atravessam a região, reforçando a urgência de práticas educacionais que dialoguem com as realidades locais e promovam, de fato, a inclusão.

Com base na sociolinguística interacional, abordou-se como a língua, enquanto prática social, desempenha um papel central no enfrentamento das dinâmicas de poder. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem os repertórios linguísticos dos educandos, transformando o ensino de Língua Portuguesa em um espaço de fortalecimento das identidades e de reflexão crítica sobre as condições sociais que atravessam os sujeitos.

Assim, reafirma-se que essa modalidade educacional é essencial para a promoção da justiça social e do exercício pleno da cidadania. Apesar dos desafios históricos e contextuais enfrentados, é possível vislumbrar, na valorização da pluralidade linguística e na adoção de práticas pedagógicas inclusivas, caminhos para consolidá-la como um espaço efetivamente transformador. Sob essa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa nesse campo educativo pode se constituir como instrumento de emancipação, ao reconhecer e potencializar as múltiplas identidades e vivências que compõem a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática interativa: uma proposta pedagógica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ARMIJO, Pablo Eugenio Castillo; PADILHA, María Do Rosário Montenegro. **Estratégias didáticas na Educação de Jovens e Adultos em escolas de Alagoas, Brasil**. Sophia, v. 19, n. 1, 2023.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (Orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

BAGNO, Marcos. **A língua de todos nós: o que é a norma culta?** 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

DA SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro. **História, Política e Educação em Alagoas: caminhos até o Escola 10**. 1. ed. Curitiba: Editora Bagai, 2022. Recurso digital.

ESTADO DE ALAGOAS. Secretária de Estado da Educação, Fórum Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação 2005-2015**. 2006.

FALABELLA, Branca. **Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade**. Educar, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.